

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022 • Nº 1249 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IGREJA

Bento XVI pede perdão por omissão sobre abusos

O Papa emérito Bento 16 pediu perdão às vítimas de abusos sexuais por parte de sacerdotes da Igreja Católica Romana, após um relatório independente apontar negligência dele ao se defrontar com suspeitas envolvendo a arquidiocese que ele comandava. "Posso apenas expressar a todas as vítimas de abusos sexuais a minha profunda vergonha, a minha grande dor e o meu sincero pedido de perdão", disse em carta escrita no último domingo e publicada ontem pela imprensa oficial do Vaticano. Enquanto cardeal Joseph Ratzinger, Bento 16 foi arcebispo de Munique e Freising, na Alemanha, entre 1977 e 1982. Segundo o relatório publicado no mês passado, o papa emérito se omitiu em quatro casos de abuso na divisão da igreja. Segundo o advogado Martin Pusch, que apresentou o relatório, dois dos quatro casos se referiam a "abusos cometidos durante" o mandato do papa emérito e "sancionados pelo Estado" - ou seja: a Justiça chegou a reconhecer a prática de crimes contra menores. **PÁGINA 4**

TELEFONIA

Cade deve aprovar compra das redes da Oi

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) deve aprovar a compra das redes móveis da Oi pelas operadoras de telefonia TIM, Telefônica (Vivo) e Claro, de acordo com fontes ouvidas pela reportagem. Para dar aval à operação, o órgão deve exigir medidas para mitigar problemas concorrenciais, os chamados remédios. As empresas afirmaram ao órgão que as medidas vão permitir que novas empresas entrem no setor e expandam suas operações. A argumentação feita ontem fez parte de um esforço para convencer o órgão a aceitar o negócio de R\$ 16,5 bilhões, enquanto concorrentes e o MPF (Ministério Público Federal) manifestam preocupações sobre a concentração de mercado após a operação. O caso está na pauta de julgamentos do tribunal administrativo do Cade hoje. Segundo fontes, a análise do órgão antitruste deve ser concluída no mesmo dia. **PÁGINA 2**

UCRÂNIA

Macron defende proposta de Putin

Um dia após passar mais de cinco horas à mesa com Vladimir Putin em Moscou, o presidente francês, Emmanuel Macron, defendeu em Kiev ontem que a única saída para negociar uma paz no leste da Ucrânia é justamente aquela defendida há anos por seu colega russo. "Os Acordos de Minsk são o único caminho que nos permitirá estabelecer a paz, o único caminho para encontrar uma solução política duradoura", afirmou Macron em entrevista coletiva com seu co-

lega Volodimir Zelenski, na capital ucraniana. Não se trata de uma capitulação aos termos mais gerais que Putin estabeleceu para a crise de segurança no Leste Europeu, rejeitados por EUA e pela Otan, aliança militar ocidental da qual Paris faz parte. Mas é um sinal de que a pressão militar exercida pelo russo nos últimos meses pode começar a dar frutos. Zelenski, um presidente frágil por sua origem antipolítica como comediante e sem muito apoio popular. **PÁGINA 4**

BALANÇO

Bradesco tem lucro recorde de R\$ 26,2 bilhões em 2021



DIVULGAÇÃO

O Bradesco registrou lucro líquido recorrente de R\$ 26,215 bilhões em 2021, recorde anual na história do banco fundado em 1943, segundo balanço divulgado ontem. "O balanço foi sólido e mostra nossa força comercial, especialmente nos canais digitais, que são cada vez mais preponderantes no balanço", afirmou o presidente executivo do Bradesco, Octavio de Lazari Jr. (foto), em nota. "A economia se recuperou com o arrefecimento da pandemia e pudemos atuar com uma nova perspectiva de negócios." Considerando apenas o quarto trimestre do ano passado, o lucro foi de R\$ 6,613 bilhões, o que representa uma queda de 2,8% na comparação com igual período do ano anterior, e de 2,3% ante o terceiro trimestre. A carteira de crédito encerrou dezembro em R\$ 812,7 bilhões, um crescimento de 18,3% em 12 meses e de 5,1% no trimestre. "Crescimento em praticamente todos os produtos (PF e PJ), com destaque para as operações de cartão de crédito, crédito pessoal e consignado", diz o banco. **PÁGINA 2**

VAZAMENTO DE DADOS

Moraes compartilha provas de inquérito contra Bolsonaro



AGÊNCIA SENADO

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal) (foto), autorizou que a Polícia Federal use provas sobre o vazamento de dados sigilosos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na investigação que apura a atuação de uma milícia digital voltada a ataques contra as institui-

ções. De acordo com a decisão do magistrado, tomada dia 4, o material poderá ser aproveitado também em um terceiro inquérito, sobre a fala do chefe do Executivo que relacionou vacinação contra a Covid-19 e o risco de se contrair o vírus da Aids. **PÁGINA 3**

COVID-19

Rio vacina menos da metade das crianças

A cidade do Rio de Janeiro vacinou, contra a covid-19, menos da metade das crianças de 5 a 11 anos esperadas nos postos. De acordo com dados disponíveis no Painel Rio Covid-19, da prefeitura da cidade, 44,6% das 560,2 mil crianças nessa faixa etária foram vacinadas. Atualizados ontem, os dados mostram que 249.801 crianças foram vacinadas na cidade e que 310.426 ainda não receberam o imunizante. O cronograma por faixa etária, previsto pela prefeitura, terminou ontem, com a vacinação de meninos de 5 anos. A partir de hoje começa a repescagem para todas as crianças com 5 anos ou mais. **PÁGINA 4**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,21% / 112.234,46 / 238,06 / Volume: 24.808.758.946 / Quantidade: 3.417.273						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.212,00	IGP-M	1,82% (jan.)	EURO turismo																			
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas		Fechamento		Ufir	IPCA 5	até o dia 7/fev	Compra: 6,0840	Venda: 6,2640																	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	35.462,78	+1,06	CDI	10,75%	0,19																	
BANCO INTER UNT N2	25,54	+8,13	+1,92	HAPVIDA ON NM	11,38	-3,97	-0,478R	VALE ON NM	91,39	+1,40%	+1,2	NASDAQ Composite	14.194,454	+1,28	Euro STOXX 50	4.127,09	+0,04	CAC 40	7.028,41	+0,27	FTSE 100	7.567,07	-0,08	DAX	15.242,38	+0,24					
BANCO PAN PN N1	10,00	+7,87	+0,73	MALLS PARON NM	9,27	-3,64	-0,35	PETROBRAS PN N2	31,83	-1,00	-0,32	BRASCO PN EJ N1	22,72	-0,57	-0,13	ITAUUNIBANCO PN EJ N1	25,60	+1,11	+0,28	RUMO S.A. ON NM	15,57	+4,71	+0,70	YDUQS PART ON NM	21,89	-2,88	-0,65	B3 ON NM	13,55	-1,09	-0,15
GRUPO NATURA ON NM	21,84	+5,35	+1,11	PETZ ON NM	17,20	-3,37	-0,60	INTERMEDICA ON NM	65,57	-3,15	-2,13																				

DocuSigned by:

Autentico
Pessoa
Acionista

6BF787B5695F4B6...

09-fev-22 | 6:12 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site

www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Bovespa fecha com leve alta com mercado atento ao quadro fiscal

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

Após oscilar durante boa parte do dia perto da estabilidade, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), fechou a sessão de ontem em leve alta, acompanhando o movimento das ações nos Estados Unidos.

O Ibovespa (Índice Bovespa), avançou 0,21%, aos 112.234 pontos, com os investidores atentos à PEC dos Combustíveis no Senado e o risco de deterioração do quadro fiscal.

Nos Estados Unidos, o dia foi de valorização destacada para as principais ações nas Bolsas, em especial de tecnologia. O S&P 500 terminou o pregão em alta de 0,84%, enquanto o Nasdaq avançou 1,28%, e o Dow Jones teve ganhos de 1,06%.

Já o dólar, que na véspera havia fechado em queda de 1,3%, no menor nível em quase cinco meses, voltou a ganhar força frente ao real, com uma leve alta de 0,15% ontem a R\$ 5,26 para venda.

No mercado de juros futu-

ros, as taxas operaram em forte alta na esteira da ata do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC (Banco Central), vista como mais dura pelo mercado, bem como devido ao aumento na percepção do risco fiscal.

Após a divulgação da ata de tom considerado mais duro pelos investidores, o BofA (Bank of America) revisou de 11,25% para 12,25% sua projeção para a taxa Selic no final do ciclo, em maio deste ano.

No mercado de juros futuros, os contratos para janeiro de 2024 avançaram de 11,37% na véspera para 11,57%, enquanto os papéis com vencimento em 2027 passaram de 11,11% para 11,25%.

As ações preferenciais da Petrobras, por exemplo, recuaram 1%, e as ordinárias tiveram desvalorização de 1,44%, na esteira da queda de 1,8% do preço do barril do tipo Brent, referência mundial. Apesar do ajuste recente, a commodity segue nos níveis mais altos de preços desde meados de 2014.

BALANÇO

Bradesco tem lucro recorde de R\$ 26,2 bilhões em 2021

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

O Bradesco registrou lucro líquido recorrente de R\$ 26,215 bilhões em 2021, recorde anual na história do banco fundado em 1943, segundo balanço divulgado ontem.

"O balanço foi sólido e mostra nossa força comercial, especialmente nos canais digitais, que são cada vez mais preponderantes no balanço", afirmou o presidente executivo do Bradesco, Octavio de Lazari Jr., em nota.

"A economia se recuperou com o arrefecimento da pandemia e pudemos atuar com uma nova perspectiva de negócios."

Considerando apenas o quarto trimestre do ano passado, o lucro foi de R\$ 6,613 bilhões, o que representa uma queda de 2,8% na comparação com igual período do ano anterior, e de 2,3% ante o terceiro trimestre.

"No trimestre, houve manutenção do lucro em patamares elevados, com bom desempenho de todas as receitas, principalmente operações de seguros, absorvendo o aumento das despesas operacionais e custos com PDD (provisão para devedores duvidosos), em função do significativo crescimento da carteira de crédito e alteração do mix do portfólio, com destaque para as operações com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas, segmentos que demandam por maiores provisões", diz o banco no balanço de resultados.

A carteira de crédito encerrou dezembro em R\$ 812,7 bilhões, um crescimento de 18,3% em 12 meses e de 5,1% no trimestre.

"Crescimento em praticamente todos os produtos (PF e PJ), com destaque para as operações de cartão de crédito, cré-

dito pessoal e consignado, financiamento imobiliário, crédito rural, conta garantida e CDC, que cresceram dois dígitos", diz o banco.

Para 2022, o Bradesco divulgou uma projeção de crescimento da carteira de crédito entre 10% e 14%.

As operações de seguros, previdência e capitalização do Bradesco resultaram em lucro de R\$ 3,527 bilhões no quarto trimestre, alta de 54,6% na comparação anual, e de 9,8% ante o trimestre imediatamente anterior. Em 2021, a operação gerou lucro de R\$ 11,451 bilhões, queda de 5,5%.

Já a taxa de inadimplência acima de 90 dias passou de 2,2% em dezembro de 2020, e de 2,6% em setembro de 2021, para 2,8% no final do ano passado.

As provisões para devedores duvidosos (PDD) atingiram R\$ 4,283 bilhões, o que corresponde a um aumento de 27,5%

na comparação trimestral, mas queda de 6,2%, em bases anuais.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE), indicador que mede a rentabilidade da operação do banco, recuou para 17,5% em dezembro de 2021, ante 18,6% no final do terceiro trimestre, e 20% em igual período do ano anterior. No acumulado de 12 meses, o ROAE do Bradesco foi de 18,1%, ante 14,8%, em igual período de 2020.

Em relação ao cenário econômico, Lazari disse que 2021 foi caracterizado por mudanças bruscas ao longo do ano.

"Em janeiro, a previsão de inflação era de 3,3%, com uma Selic de 3%. A realidade foi uma inflação de dois dígitos e uma Selic de 9,25%", afirmou. "Depois surgiu a nova cepa do coronavírus, bastante contagiosa, mas a vacinação nos protegeu."

SECRETARIA

Senacon lança guia com orientações sobre alta abusiva de preços

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A dificuldade que agentes dos diferentes órgãos de defesa do consumidor enfrentam para identificar e caracterizar eventuais aumentos abusivos de preços em um sistema de livre concorrência, no qual o valor de bens e serviços é determinado pela oferta e demanda, motivou a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) a criar uma cartilha para nortear a atuação dos agentes públicos, especialmente os ligados aos Procons.

Disponível no site da Senacon, o Guia Prático de Análise de Aumentos de Preços de Produtos e Serviços funciona como uma espécie de roteiro para sanar dúvidas quanto aos mais frequentes indícios de comportamento abusivo por parte dos agentes econômicos.

A publicação também destaca a importância da análise de indicadores de conjuntura no momento em que o agente público tem que decidir se o aumento do preço cobrado por um produto ou serviço é ou não abusivo.

Segundo o coordenador-geral de estudos e monitoramento de mercados da Senacon, Frederico Moesch, só uma avaliação do comportamento de toda a cadeia produtiva pode confirmar se uma repentina alta dos preços se justifica ou não.

"Para o Código de Defesa do Consumidor, aumento abusivo é a elevação sem justa causa dos preços de produtos e serviços. O que é uma definição jurídica em aberto, que deixa espaço para interpretação", disse Moesch, durante a apresentação do guia.

"É preciso avaliar, por meio de análises econômicas, se

houve choques de demanda ou de ofertas. (Por exemplo), a Senacon já fez algumas análises de preços de produtos da cesta básica e observou que, em alguns casos, houve sim um choque de oferta ou de demanda (que justificou a alta dos preços de alguns produtos bem acima da inflação do período)", acrescentou Moesch, destacando o aumento de denúncias ao longo dos dois anos de pandemia.

De acordo com a secretária nacional do Consumidor, Juliana Domingues, o objetivo da secretaria é oferecer um roteiro de atuação que auxilie as atividades diárias dos técnicos e proporcione mais segurança jurídica às decisões dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

"Precisávamos ter um norte. Fizemos isto (o guia) ao longo de dois anos, com base nas experiências, com ampla discussão e com o subsídio dos órgãos de defesa do consumidor e a participação do Ministério da Economia e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)", declarou a secretária, destacando que a falta de parâmetros claros pode, eventualmente, desestimular a concorrência e a inovação e gerar a judicialização de decisões administrativas. "E o consumidor só tem a ganhar, uma vez que suas denúncias serão devidamente investigadas e punidas."

Diretor Administrativo da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), Antônio Florêncio Queiroz Júnior elogiou a iniciativa da Senacon.

SELIC

BC alerta para efeito inflacionário de PECs em 'ata de recados'

EDUARDO CUCOLO E NATHALIA GARCIA/FOLHAPRESS

As propostas para reduzir a tributação de combustíveis no ano eleitoral podem ter efeito negativo sobre a taxa de câmbio, levando a uma inflação mais alta e, conseqüentemente, à necessidade de uma taxa básica de juros ainda mais elevada.

A avaliação, que já era praticamente consenso no mercado e no Ministério da Economia, foi explicitada ontem pelo Banco Central.

Na ata do Copom (Comitê de Política Monetária), documento em que explica a decisão da semana passada de elevar os juros para 10,75% ao ano, a instituição

não cita as propostas que estão em discussão no governo e no Congresso, mas afirma que "mesmo políticas fiscais que tenham efeitos baixistas sobre a inflação no curto prazo podem causar deterioração nos prêmios de risco" e levar ao "aumento das expectativas de inflação e, conseqüentemente, um efeito alista na inflação prospectiva".

Em um momento em que muitos analistas temem que o presidente Jair Bolsonaro (PL) tome novas medidas para aumentar os gastos para tentar a reeleição, o BC afirma que políticas fiscais que impliquem impulso adicional da demanda podem impactar negativamente preços de ativos importantes -leia-se, o dólar.

No Congresso, há pelo menos duas propostas para mudar a Constituição e permitir o corte de tributos sobre combustíveis. A medida tem alto impacto fiscal e seu efeito sobre os preços ao consumidor é incerto.

A "ata dos recados", como foi classificada por alguns analistas, também trouxe uma mensagem mais dura sobre os próximos passos do Copom. A instituição indicou que vê a necessidade de subir os juros além dos 12% projetados pelo mercado a partir de maio e que a taxa pode demorar mais a cair -talvez somente em 2023.

O BC também sinalizou que ainda haverá pelo menos mais duas altas de juros, mesmo que em magnitude inferior a 1,5

ponto percentual da semana passada.

O BC também reforçou a preocupação com as expectativas para o IPCA (índice de preços ao consumidor). Nas últimas semanas, as projeções de inflação para 2022 e 2023 têm subido. Para este ano, já é previsto um novo estouro da meta. Para o próximo, a projeção está ligeiramente acima do objetivo central de 3,5%.

Para alguns economistas, os dados de atividade e mercado de trabalho mais fracos podem mudar o plano de voo do Copom, desde que questões eleitorais e medidas populistas não revertam a tendência de valorização do real das últimas semanas.

TELEFONIA

Cade deve aprovar com condições compra das redes da Oi por TIM, Vivo e Claro

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) deve aprovar a compra das redes móveis da Oi pelas operadoras de telefonia TIM, Telefônica (Vivo) e Claro, de acordo com fontes ouvidas pela reportagem. Para dar aval à operação, o órgão deve exigir medidas para mitigar problemas concorrenciais, os chamados remédios. As empresas afirmaram ao órgão que as medidas vão permitir que novas empresas entrem no setor e expandam suas operações.

A argumentação feita ontem fez parte de um esforço para convencer o órgão a aceitar o negócio de R\$ 16,5 bilhões, en-

quanto concorrentes e o MPF (Ministério Público Federal) manifestam preocupações sobre a concentração de mercado após a operação.

O caso está na pauta de julgamentos do tribunal administrativo do Cade hoje. Segundo fontes, a análise do órgão anti-truste deve ser concluída no mesmo dia.

Até a véspera do julgamento, as diferentes interessadas no tema enfrentavam uma batalha argumentativa no Cade sobre os efeitos da operação. Enquanto as compradoras insistem que a medida não vai prejudicar o mercado, concorrentes afirmam que uma maior concentração é indiscutível.

A operadora mineira Algar

Telecom pede que o negócio seja reprovado ou aprovado com medidas para mitigar os problemas (os chamados remédios), pois vê o mercado já concentrado e com grande possibilidade de combinação. "Todas essas características serão agravadas pela operação e poderão gerar prejuízos irreversíveis aos consumidores", afirmou a empresa.

Já a paranaense Sercomtel Telecom pediu a reprovação, ou a aprovação com remédios estruturais que pelo menos garantam a existência de um quarto concorrente de porte no mercado. Entre as medidas sugeridas pela empresa, está a venda dos ativos da Oi regionalmente para concorrentes locais ou novos entrantes.

TRABALHADOR

Supermercado consome 1/3 dos gastos de baixa renda

Mais de um terço (36%) do consumo das classes C e D se concentra em gastos com mercado. A segunda maior categoria da lista, restaurantes, responde por 11% do consumo. Com isso, quase metade dos gastos da base da pirâmide está vinculada à alimentação e, em menor escala, a itens de higiene pessoal e limpeza.

Os dados, levantados pela fintech Superdigital, do Santander, foram obtidos com exclusividade pela reportagem. A pesquisa foi feita a partir do banco de dados da Superdigital, que abrange 700 mil usuários ativos em todo o país que fazem compras todos os meses com cartão de crédito ou débito. Essas pessoas estão empregadas em regime CLT ou são trabalhadores temporários.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

VAZAMENTO DE DADOS

Moraes compartilha provas de inquérito contra Bolsonaro

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou que a Polícia Federal use provas sobre o vazamento de dados sigilosos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na investigação que apura a atuação de uma milícia digital voltada a ataques contra as instituições.

De acordo com a decisão do magistrado, tomada dia 4, o material poderá ser aproveitado também em um terceiro inquérito, sobre a fala do chefe do Executivo que relacionou vacinação contra a Covid-19 e o risco de se contrair o vírus da Aids.

O compartilhamento de provas foi pedido pela delegada Denisse Ribeiro, policial encarregada de uma série de investigações que têm como alvos Bolsonaro e seus aliados.

Moraes concordou com a proposta por identificar pontos em comum entre as diferentes frentes de trabalho, seja pelos suspeitos ou pela forma de agir.

"Verifico a pertinência do requerimento da autoridade policial, notadamente em razão da identidade de agentes investigados nestes autos e da semelhança

do modus operandi das condutas aqui analisadas com as apuradas nos Inquéritos 4.874/DF (milícia digital) e 4.888/DF (fake News), ambos de minha relatoria", escreveu o ministro.

A Folha de S.Paulo procurou a Presidência da República, mas não houve qualquer manifestação até a conclusão desta reportagem.

No inquérito em que foram colhidas as informações a serem compartilhadas, a PF disse ter visto crime de Bolsonaro em sua atuação no vazamento de dados sigilosos de uma investigação sobre suposto ataque ao sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Atribuiu também responsabilidade no caso ao deputado Filipe Barros (PSL-PR) e ao ajudante de ordens presidencial, Mauro Cid. Tenente-coronel do Exército, Cid foi indiciado.

Denisse Ribeiro disse que a publicação do inquérito sobre a invasão cibernética ao TSE se deu com "o nítido desvio de finalidade e com o propósito de utilizá-lo como lastro para difusão de informações sabidamente falsas, com repercussões danosas para a administração pública".

O material foi usado pelo pre-

sidente durante uma transmissão online com o propósito de respaldar a tese, desmentida pelo TSE, de que as urnas eletrônicas são vulneráveis a invasões.

Para a investigadora, o vazamento e o uso do conteúdo para disseminar desinformação é mais um episódio que envolve a milícia digital alvo de inquérito próprio, também relatado por Moraes e que tem como suspeitos aliados do presidente.

Essa apuração nasceu, por determinação do ministro, do chamado inquérito dos atos antidemocráticos em virtude "de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político" com o objetivo "de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito".

A outra linha de trabalho que passa a contar com o reforço de provas é o inquérito aberto a pedido do presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM) para que Bolsonaro fosse investigado por notícias falsas ao relacionar vacina contra a Covid-19 e o vírus HIV.

Aziz afirmou que a propaga-

ção de notícias fraudulentas acerca da imunização, como a que fez Bolsonaro, utiliza-se dos mesmos esquemas de divulgação em massa nas redes sociais que estão sob análise no âmbito de outras investigações em tramitação no Supremo.

O presidente é alvo de seis inquéritos, incluindo o da suposta interferência no comando da PF. Alguns desses casos, no limite, podem levar ao afastamento do presidente.

A polícia concluiu uma das investigações e o isentou de responsabilidade na suspeita de prevaricação no caso da compra da vacina indiana Covaxin, o que ainda não encerra o caso.

A ministra Rosa Weber, relatora do inquérito no Supremo, mandou o caso para que a PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifeste sobre a conclusão dos investigadores.

A hipótese mais provável é que a PGR defenda o arquivamento. Outras possibilidades seriam a realização de novas diligências ou mesmo a apresentação de denúncia ao STF. Para a corte processar criminalmente o presidente, no entanto, a Câmara dos Deputados tem que autorizar.

ALESP

Deputada protocola PL para Petar ser declarado patrimônio histórico

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

A deputada estadual Moniça Seixas (PSOL-SP) protocolou um projeto de lei (PL) na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) para que o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), localizado no Vale do Ribeira, no interior de São Paulo, seja declarado patrimônio histórico, cultural e ambiental.

Comunidades quilombolas, indígenas e de pequenos agricultores vivem na área do parque, criado em 1958 entre as cidades de Iporanga e Apiaí (a cerca de 315 km da capital).

O PL é uma tentativa de barrar o projeto do governo João Doria (PSDB) de entregar à iniciativa privada por um período de 30 anos a concessão do Petar, maior área de Mata Atlântica preservada do país e patrimônio mundial da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

O edital do projeto foi colocado em consulta pública em outubro de 2021 pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

"O projeto de concessão das atividades de ecoturismo do Petar à iniciativa privada pelo governo João Doria enfrenta a oposição de moradores de comunidades tradicionais, pesquisadores, monitores ambientais, prestadores de serviço, donos de pousadas e agências de turismo. Faltou uma verdadeira oitiva da população do entorno, que insistentemente diz não à concessão", diz Monica Seixas.

A deputada prossegue: "Como Doria insiste em conceder à iniciativa privada por 30 anos essa área de enorme riqueza do estado de SP, estamos propondo que o Petar seja declarado de fato como um patrimônio histórico, cultural e ambiental. Dizemos não à concessão do Petar em defesa da vida, do meio ambiente e da cultura".

MOOCA

Rompimento de tubulação abre cratera na Zona Leste de SP

Uma cratera "engoliu" ontem parte do asfalto entre as ruas Visconde de Cairu e Canuto Saraiva, na Mooca, na zona leste de São Paulo. O trânsito precisou ser interrompido pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego). O buraco, cerca de três metros de comprimento, foi provocado pelo rompimento de uma tubulação subterrânea.

Em nota, a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) disse que uma equipe constatou que a galeria que recebe água das chuvas, localizada abaixo da rede da companhia, também está rompida e aguarda que a prefeitura faça o reparo do equipamento.

"Somente depois disso será possível executar o conserto da tubulação", disse a empresa de saneamento do governo João Doria (PSDB).

Segundo a Sabesp, o problema não afeta o abastecimento de água no bairro. A empresa não deu prazo para o asfalto ser refeito. No último dia primeiro, o rompimento de uma rede de esgoto, por causa

de uma obra da linha 6-laranja do metrô, abriu uma cratera na pista local da via.

O trânsito na altura das pontes da Freguesia do Ó e do Piqueri (zona oeste de São Paulo) só deve ser liberado a partir de dois dias depois.

Em um primeiro momento, o buraco tomou conta apenas da primeira faixa da pista local da marginal Tietê. Durante o dia a cratera aumentou de tamanho, e por volta das 18h já atingia três faixas da pista local.

O rompimento da tubulação de esgoto aconteceu quando o tatuzão, equipamento responsável pela escavação dos túneis do metrô, passava cerca de três metros abaixo.

O esgoto inundou o poço de ventilação da obra e fez ceder o asfalto. A causa do rompimento está sendo investigada.

Em outro acidente com queda de asfalto, no dia 9 de janeiro, a pista local no km 214 da rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos, na Grande São Paulo, teve de ser interrompida ao trânsito.

SERVIÇO FUNERÁRIO

Prefeitura exonera funerário que viajou para ver o Palmeiras

A Prefeitura de São Paulo exonou o superintendente do Serviço Funerário do Município, Pedro Henrique Barbieri, na segunda-feira passada.

O motivo, segundo apurou a reportagem, foi que ele viajou para Dubai para acompanhar a participação do Palmeiras no Mundial de Clubes sem autorização de seu superior, o secretário das Subprefeituras, Alexandre Modonezi, nem do gabinete do prefeito.

Barbieri solicitou férias para viajar para Dubai, mas o pedido travou burocraticamente e não saiu a tempo. Ele viajou mesmo assim.

Ligado ao PSDB, Barbieri era próximo do ex-prefeito Bruno Covas (PSDB), que morreu em maio do ano passado.

Desde março de 2021, comandava o serviço funerário, cujo processo de concessão está

hoje entre as prioridades do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Além disso, a prefeitura planeja a inauguração de novos crematórios e tem esbarrado em dificuldades burocráticas, cuja resolução dependeria da participação de Barbieri. Os processos devem ser resolvidos ainda nesta semana.

Considerado um bom profissional, ele foi exonado porque a infração foi considerada muito grave.

Barbieri faz parte do grupo de amigos de Covas e de seu braço direito, Gustavo Pires, que hoje é chefe de gabinete da SPTuris.

Como revelou o jornal Folha de S.Paulo, Pires colocou um grupo de amigos de faculdade na prefeitura, com a anuidade de Covas. Na mesma época, sua mãe também ganhou cargo na SPTTrans, mas foi exonerada após reportagem.

APOIO A VIOLÊNCIA

Ministro propõe MP para anistiar donos de armas irregulares

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, diz que levará ao presidente Jair Bolsonaro (PL) proposta de elaboração de uma medida provisória para anistiar quem tem armas de fogo irregulares.

"É uma questão fundamental

regularizar essas armas, para que possamos saber onde estão e a quem pertencem. Hoje não temos conhecimento nenhum sobre grande parte delas", afirma. A ideia é permitir que proprietários registrem as armas sem multa ou punição, uma antiga reivindicação da bancada da bala.

Em janeiro de 2019, no início do governo de Bolsonaro, foi cogitada a edição de um decreto presidencial dando a anistia, mas a medida acabou sendo descartada pela área jurídica da Presidência, que disse ser necessária uma MP. O tema acabou esquecido e retorna agora.

Torres diz que não sabe quantas armas irregulares há atualmente no Brasil. De julho de 2004 a outubro de 2005, houve uma anistia, que previa a entrega de armas irregulares, sem punição. A medida, prevista no Estatuto do Desarmamento, resultou em 467 mil armas descartadas pelos seus donos.

CIÊNCIA

Fóssil de pterossauro brasileiro é devolvido por museu da Bélgica

ANA BOTTALLO/FOLHAPRESS

Um fóssil de pterossauro brasileiro que havia saído do Brasil ilegalmente acaba de ser repatriado e está disponível para a comunidade paleontológica brasileira.

O material estava no Instituto Real de Ciências Naturais da Bélgica, principal instituição de pesquisa científica no país, e foi entregue na manhã de ontem ao Museu de Ciências da Terra, no Rio de Janeiro, em um evento que contou com a participação do Ministério das Relações Exteriores e do CPRM (Serviço Geológico do Brasil), além de pesquisadores do museu, que é ligado ao Ministério de Minas e Energia.

Antes de ir para o museu da Bélgica, contudo, ele estava em uma coleção privada, que procurou o instituto para disponibilizar o material cientificamente. A estmativa é que o material tenha saído

do país há pelo menos 25 anos.

Segundo o CPRM, a repatriação do fóssil foi possível após negociações coordenadas pelo órgão com as autoridades belgas, mas não será um caso isolado. De acordo com o diretor de infraestrutura geocientífica do órgão, Paulo Romano, "após esforço jurídico-institucional e diplomático" o fóssil retorna ao seu lugar de origem. Ele diz esperar que, assim como ele, "outros também retornem".

Já o Museu de Ciências da Terra, ligado ao CPRM, foi importante para a decisão do local onde o fóssil seria depositado após a devolução, por ser uma das principais coleções de fósseis do Serviço Geológico brasileiro.

O evento contou ainda com a participação do paleontólogo Rafael da Costa e Silva, curador da coleção de Paleontologia do Museu de Ciências da Terra, o diretor

do museu, Diógenes de Almeida Campos, o presidente da Sociedade Brasileira de Paleontologia, Hermínio Ismael de Araújo Júnior, e a coordenadora-geral do museu, Célia Maria Corsino.

O espécime é formado por um crânio com focinho e uma crista preservados com pigmentação (vestígios de cor), e é originário da região do Araripe, o principal sítio fossilífero brasileiro, entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí.

A espécie do fóssil não foi revelada ainda pois o artigo descrevendo o achado está embargado em um periódico científico de renome, mas especialistas que tiveram acesso ao material ouvidos pela reportagem dizem se tratar de um pterossauro tapejarídeo, do gênero Tupandactylus.

As espécies do gênero viveram no período conhecido como Cretáceo, há cerca de 112 mi-

lhões de anos, na Formação Crato. Com aproximadamente um metro de altura e podendo chegar até três metros de envergadura de asa, esses animais têm como principal característica a presença de uma crista cefálica (na cabeça) formada por osso trabecular (poroso) na base e uma espécie de membrana de tecido mole na parte de cima.

Assim como outros fósseis da região, o exemplar saiu do Brasil provavelmente de maneira irregular, visto que a legislação brasileira estabelece os fósseis como patrimônio da União, proibindo, assim, sua retirada sem autorização dos órgãos legais, bem como a sua comercialização.

Os fósseis do Araripe são especialmente visados para esse mercado devido ao seu alto grau de preservação e conservação, muitas vezes com tecidos moles preservados totalmente.

ponto facultativo, na prática, é tratado com status de feriado. Nos próximos dias, o Governo do Estado vai se reunir com os prefeitos dos principais polos festivos de Carnaval para alinhar protocolos preventivos para conter aglomerações e reforçar a fiscalização em espaços públicos e privados. No entanto, a realização de festas segue liberada em Pernambuco até o dia 24 de fevereiro, véspera do início do período carnavalesco. Até essa data, a capacidade de eventos é de até 500 pessoas em espaços abertos —antes era de 3.000—, e 300 pessoas em locais fechados —até esta terça, o limite era de 1.000. De acordo com o governo, permanece obrigatória a comprovação de vacinação e a apresentação de teste negativo nos eventos com mais de 300 pessoas.

Nota

PERNAMBUCO PROÍBE TODAS AS FESTAS PRIVADAS DURANTE O CARNAVAL

O governo de Pernambuco proibiu a realização de qualquer festa pública ou privada de carnaval durante o período de 25 de fevereiro a 1º de março. A determinação foi anunciada à imprensa ontem pelo secretário de Saúde de Pernambuco, André Longo. O comitê científico do Consórcio Nordeste tinha recomendado o cancelamento do feriado. O endurecimento das medidas foi divulgado um dia depois de o governo anunciar a diminuição na capacidade dos eventos privados e o cancelamento do ponto facultativo do carnaval no estado. Em Pernambuco, ainda que o período seja normalmente considerado

